

ENERGISA PARANAÍTA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

RESULTADOS
2025



ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	383	145
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	3.491	10.928
Concessionárias e permissionárias	6	1.450	1.981
Tributos a recuperar	7	715	554
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	11.891	11.336
Outros créditos		306	224
Total do circulante		18.236	25.168
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	84.942	82.387
Tributos a recuperar	7	322	304
		85.264	82.691
Imobilizado		55	67
Total do não circulante		85.319	82.758
Total do ativo		103.555	107.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	237	150
Impostos e contribuições sociais	12	469	428
Encargos setoriais		119	122
Obrigações estimadas		36	53
Outras contas a pagar		330	140
Total do circulante		1.191	893
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	12	3.534	3.421
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	3.072	2.962
Outras contas a pagar		72	59
Total do não circulante		6.678	6.442
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	13.1	48.531	48.531
Reserva de lucros	13.3 e 13.4	47.155	48.530
Dividendos adicionais propostos	13.5	-	3.530
Total patrimônio líquido		95.686	100.591
Total do passivo e patrimônio líquido		103.555	107.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho ou (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		2.123	1.998
Remuneração dos ativos da concessão		14.751	14.296
Receita operacional líquida	14	16.874	16.294
Custo da operação	15	(1.066)	(1.316)
Lucro bruto		15.808	14.978
Despesas gerais e administrativas	15	(707)	(968)
Outras receitas/despesas		(446)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		14.655	14.010
Receitas financeiras	16	1.455	1.508
Despesas financeiras	16	(17)	(14)
Receitas financeiras líquidas		1.438	1.494
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		16.093	15.504
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(989)	(703)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(110)	(440)
Lucro líquido do exercício	17	14.994	14.361
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	17	0,48	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício	17	14.994	14.361
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		14.994	14.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Outras reservas de lucros - orçamento de capital	Retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	38.500	3.094	7.456	48.011	-	-	97.061
Aumento de capital com retenção de lucros conforme AGOE 29/04/2024	10.031	-	-	(10.031)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.361	14.361
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Dividendos	13.6	-	-	-	-	(10.831)	(10.831)
Dividendos adicionais propostos	13.6	-	-	-	3.530	(3.530)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.531	3.094	7.456	37.980	3.530	-	100.591
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(3.530)	-	(3.530)
Reserva de retenção de lucros (orçamento de capital) destinada para pagamento de dividendos	-	-	(125)	-	-	125	-
Reserva de retenção de lucros destinada para pagamento de dividendos	-	-	-	(2.000)	-	2.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.994	14.994
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	13.2	-	750	-	-	(750)	-
Dividendos	13.5	-	-	-	-	(16.369)	(16.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	48.531	3.844	7.331	35.980	-	-	95.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14	14.751	14.296
Outras receitas	14	2.960	2.769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(31)	(62)
		17.680	17.003
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros	15	(858)	(1.720)
Outros custos operacionais	15	(720)	(330)
		(1.578)	(2.050)
Valor adicionado bruto		16.102	14.953
Retenções			
Depreciação e amortização	15	(12)	(13)
Valor adicionado líquido produzido		16.090	14.940
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	16	1.455	1.508
Valor adicionado a distribuir		17.545	16.448
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		284	125
Benefícios		39	5
FGTS		21	5
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
Tributos		2.009	1.931
Obrigações Intra-setoriais		1.819	1.751
		190	180
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	17	14
Aluguéis		181	7
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	13.5	14.244	14.361
Lucros retidos		750	-
		17.545	16.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	14.994	14.361
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	1.099	1.143
PIS & COFINS diferido	14	113	125
Receitas financeiras		(1.454)	(1.504)
Remuneração do ativo de contrato	10	(14.751)	(14.296)
Amortização e depreciação	15	12	13
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		31	-
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a recuperar	7	(105)	(304)
Concessionárias e permissionárias	6	12.141	10.601
Outros créditos		(82)	(115)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	11	87	3
Encargos setoriais		(3)	41
Impostos e contribuições sociais	12	20	(35)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(968)	(864)
Obrigações estimadas		(17)	53
Outras contas a pagar		203	118
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		11.320	9.340
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto		8.817	4.055
Aplicações no imobilizado e intangível		-	(1)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		8.817	4.054
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	13.5	(19.899)	(13.317)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(19.899)	(13.317)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		238	77
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	145	68
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	383	145
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		238	77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025
(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	16.874			16.294		
Resultado operacional (RO)	16.093			15.504		
Folha de pagamento bruta (FPB)	332			136		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	31	9,34%	0,18%	3	2,21%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	51	15,36%	0,30%	12	8,82%	0,07%
Previdência privada	2	0,60%	0,01%	1	0,74%	0,01%
Saúde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	26	7,83%	0,15%	15	11,03%	0,09%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	110	33,13%	0,64%	31	22,80%	0,19%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1	0,01%	0,01%	1	0,01%	0,01%
Cultura	3	0,02%	0,02%	2	0,01%	0,01%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	0,06	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	4	0,03%	0,03%	3	0,02%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.958	12,17%	11,60%	1.739	11,22%	10,67%
Total - Indicadores sociais externos	1.962	12,20%	11,63%	1.742	11,24%	10,69%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	2			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 17.545			Em 2024: 16.448		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	11% governo 2% colaboradores(as) 81%acionistas 1% terceiros 4% retido			12% governo 1% colaboradores(as) 87%acionistas 0% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações	2025			2024		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	40			38		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	40			38		

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Transmissão de energia elétrica:

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional -SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória ("REH") nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as RAPs das Controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica	Rede Fronteiras	Demais instalações	Total Ciclo 2026-2025	Total Ciclo 2025-2024
		RBL	RBL	RPEC/RCDM		
EPT	022/2016	3.262	8.977	1.626	13.866	13.166

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 – Concessionárias e Permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD;
- II. Nota explicativa nº 8 – Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº 10 – Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- IV. Nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL.

- d. Ativo de contrato de concessão** – corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a

transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. Imposto de renda e contribuição social** – compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados

pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

- f. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 12% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

i. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

j. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, Em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e

		apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

5.1 Caixa e Equivalente de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	383	145
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulantes ⁽¹⁾	383	145

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto

Descrição	2025	2024
Avaliadas a valor juntos por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	207
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2	8
Operações compromissadas	263	2.003
Fundo Multimercado	386	496
Fundo de Renda Fixa	1.850	5.424
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	428	1.161
Letra Financeira (LF)	410	1.220
Nota de Crédito	5	26
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	66	383
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	79	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	3.491	10.928

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 99,0% (99,3% em 2024) do CDI.

6. Concessionárias e Permissionárias

	2025	2024
Contas a receber com partes relacionadas	373	343
Contas a receber de demais clientes	1.170	1.700
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ⁽¹⁾	(93)	(62)
Total circulantes	1.450	1.981

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	1.017	1.057
Vencidos até 90 dias	21	536
Vencidos até 180 dias	42	52
Vencidos até 360 dias	28	92
Há mais de 360 dias	433	244
Total - circulante	1.543	1.981

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	993	783
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL	32	63
Contribuições ao PIS e à COFINS	12	12
Total	1.037	858
Total - circulante	715	554
Total - não circulante	322	304

8. Créditos tributários tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2025	2024
Passivo		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	(2.259)	(2179)
Contribuição social	(813)	(783)
Total – passivo não circulante	(3.072)	(2.962)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(8.995)	(3.059)	(8.713)	(2.962)
Receitas financeiras – diferença temporária (competência x caixa)	(39)	(13)	-	-
Total – passivo não circulante	(9.034)	(3.072)	(8.713)	(2.962)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	17.711	17.711	16.960	16.960
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.417	2.125	1.357	2.035
Receitas da prestação de serviços	-	-	105	105
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	-	-	34	34
Receita sobre aplicações financeiras	1.793	1.793	1.860	1.860
Outras receitas financeiras	74	74	5	5
Base de cálculo	1.867	1.867	1.865	1.865
Base de cálculo total	3.284	3.992	3.256	3.934
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(493)	(359)	(488)	(354)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(304)	-	(301)	-
Outros	-	57	-	-
Despesa de imposto sobre a renda e contribuição	(797)	(302)	(789)	(354)

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez é controlada pela ENERGISA S/A, (99,99% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽³⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
Energisa S/A ⁽²⁾	(324)	-	(47)	(59)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	15	(1)	-	-

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽³⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	10	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	11.413	(4)	-	373
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	8	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	23	(7)	(1)	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	16	(16)	(1)	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	4	(7)	(1)	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	7	-	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	14	(1)	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	(1)	-	-
2025	(324)	11.510	(85)	(62)	373
2024	(1.109)	10.484	(83)	(31)	343

(1) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

(2) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

(3) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

Remuneração dos administradores

Nos exercícios de 2025 e 2022, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

10. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/ IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2025	2024
Saldo inicial 2024 e 2023	93.723	90.330
Receita de remuneração do ativo de contrato	14.751	14.296
Receita de operação e manutenção	2.529	2.368
Recebimento RAP	(14.170)	(13.271)
Saldo Final 2025 e 2024	96.833	93.723
Circulante	11.891	11.336
Não Circulante	84.942	82.387

Descrição	
Linhas de Transmissão	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	17,84%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	8% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	35.328
RAP anual	13.866

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

11. Fornecedores

	2025	2024
Serviços	237	150
Total - circulante	237	150

12. Impostos e Contribuições Sociais

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	276	219
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	110	146
Contribuições ao PIS e à COFINS ⁽¹⁾	3.580	3.460
Encargos Sociais	17	9
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	11	4
Imposto Sobre Serviços - ISS	6	3
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3	8
Total	4.003	3.849
Circulante	469	428
Não circulante	3.534	3.421

⁽¹⁾ PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$48.531 (R\$48.531 em 2024), representando 31.000.000 (31.000.000 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.844 (R\$3.094 em 31 de dezembro de 2024).

13.3 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$35.980 (R\$37.980 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025, foram destinados R\$ 2.000 da conta de reserva de retenção de lucros para o pagamento de dividendos, conforme registrado na Ata de Reunião da Diretoria do dia 15 de dezembro de 2025. Do total de R\$ 4.145 pagos a título de dividendos em 23 de dezembro de 2025, R\$ 2.145 correspondem a saldo do resultado do exercício de 2025, enquanto os outros R\$ 2.000 referem-se à utilização parcial do saldo da reserva de retenção de lucros de anos anteriores.

13.4 Reserva de lucros – orçamento de capital

O montante de reserva de orçamento de capital no exercício findo em 2025 é de R\$7.331 (R\$7.456 em 2024), que foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 2025, inclui o montante de R\$125 destinado ao pagamento de dividendos.

13.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.994	14.361
Reserva legal – 5%	(750)	-
Lucro líquido ajustado	14.244	14.361
Dividendos obrigatórios (25%)	3.561	3.590
. Valores pagos em 08 de julho de 2025 – R\$0,1607510412903226 por ação ordinária ⁽¹⁾	4.983	-
. Valores pagos em 24 de setembro de 2025 – R\$0,14744129 por ação ordinária ⁽¹⁾	4.571	-
. Valores pagos em 27 de novembro de 2025 – R\$0,08611751 por ação ordinária ⁽¹⁾	2.670	-
. Valores pagos em 23 de dezembro de 2025 – R\$0,133739745 por ação ordinária ⁽¹⁾	4.145	-
. Valores pagos em 26 de agosto de 2024 – R\$0,25504504452 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	7.906
. Valores pagos em 22 de novembro de 2024 – R\$0,094354959 por ação ordinária	-	2.925
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,1158167099 por ação ordinária	-	3.530
	16.369	14.361
% sobre o lucro líquido ajustado	115%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de junho, 07 de agosto, 06 de novembro e 15 de dezembro de 2025 foram calculados respectivamente sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de novembro de 2025, respectivamente.

14. Receita operacional

	2025	2024
Receita de operação e manutenção	2.529	2.368
Receita de remuneração do ativo de contrato	14.751	14.296
Outras receitas	431	401
Total de receita operacional bruta	17.711	17.065
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(95)	(83)
Pis diferido	(20)	(34)
Cofins corrente	(438)	(383)
Cofins diferido	(93)	(91)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(139)	(130)
Taxa de fiscalização	(52)	(50)
Dedução da receita	(837)	(771)
Receita operacional líquida	16.874	16.294

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custos de Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal	355	61	416	150
Entidade de prev privada	-	2	2	-
Material	102	7	109	130
Serviços de terceiros	425	324	749	1.590
Depreciação e amortização	-	12	12	13
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	31	31	62
Outras	184	270	454	339
	1.066	707	1.773	2.284

16. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicação financeira	1.380	1.504
Juros Selic sobre impostos a recuperar	74	-
Outras receitas	1	4
Total das receitas financeiras	1.455	1.508
Juros e multa	-	(3)
Despesas Bancárias/IOF	(7)	(6)
Atualização projetos PEE - P&D	(11)	(5)
Outras despesas	1	-
Total despesas financeiras	(17)	(14)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	1.438	1.494

17. Lucro por ação básico e diluído

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.994	14.361
Média ponderada das ações	31.000	31.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,48	0,46

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2028	250	1	-
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	2
Risco Operacional	30/07/2026	100.000	25	64
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	1	4
			<u>28</u>	<u>70</u>

19. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	383	383	145	145
Consumidores e concessionárias	2	1.450	1.450	1.981	1.981
		1.833	1.833	2.126	2.126
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos		3.491	3.491	10.928	10.928
		3.491	3.491	10.928	10.928

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores	2	237	237	150	150
		237	237	150	150

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não operou com derivativos.

20. Meio Ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região.

1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna – Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

2. Monitoramento e manejo da flora – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

3. Controle e Monitoramento de Ruídos – o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos – programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo, bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

5. Gestão de Resíduos Sólidos – programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

6. Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas pela Companhia e suas investidas

Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO), Instalação (LI) ou prévia (LP)	Data Emissão	Vencimento (**)
EPT	SEMA/MT	LO 319286/2019	15/04/2019	13/04/2024

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(**) Licença Operacional (LO) está em fase de renovação dentro dos prazos legais.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 não houve valores investidos em meio ambiente.

21 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são como seguem:

	2025	2024
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14.751	14.296
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	-	-
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	10.031

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia

Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/0-0

Energisa Paranaíta

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outra informação que acompanha as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4